

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Vinicius Carvalho de Andrade¹
Davi Ferreira Nogueira²

INTRODUÇÃO

Desde a década de 90, período em que o Brasil se tornou signatário da Declaração de Salamanca, a legislação brasileira e as políticas públicas vêm sinalizando que os alunos com necessidades especiais devem frequentar escolas regulares, que por sua vez devem se adequar as especificidades do aluno, sendo dever do Estado garantir as condições para a inclusão destes. Desde então, leis e documentos nacionais e internacionais vem reforçando a importância da educação inclusiva, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em 2015, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que ao ser reformulada em 2017 passou a tratar as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação ou altas habilidades sob os termos corretos.

Para Bayer (2006), o papel dos professores sempre foi central enquanto distribuidor do conhecimento, portanto é necessário que estes busquem se aperfeiçoar para lidar com as necessidades individuais dos alunos, embora seja papel da escola garantir esse aperfeiçoamento. Dessa forma, é preciso formar profissionais que saibam trabalhar currículos adaptados e diferenciados, classes heterogêneas, bem como estratégias de ensino mais específicas para as necessidades dos alunos. Contudo, o autor destaca que a maioria dos professores está despreparada para colocar a educação inclusiva em prática, tendo dificuldades para considerar o ritmo de cada aluno sem inferioriza-lo, combatendo a discriminação e o preconceito.

Fonseca (2005) também afirma que um dos maiores desafios para uma educação inclusiva são os obstáculos encontrados ao longo do processo educacional, especialmente a falta de adaptação das escolas regulares e de professores mal preparados para receber adequadamente alunos com necessidade de inclusão. Assim, é preciso que os educadores e a sociedade em geral se conscientizem para a urgência de uma educação que respeite as

¹ Mestrando do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal Fluminense - UFF, andrade.viniciusc@gmail.com;

² Mestrando do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal Fluminense - UFF, davifnog@yahoo.com.br;



diferenças e ressignifique papéis sociais, à medida que possibilita o exercício de direitos por parte das pessoas com necessidades especiais. Ainda segundo Fonseca (2005), a educação inclusiva se opõe radicalmente a discriminação, tornando necessária uma busca por uma educação que respeite a heterogeneidade, ao contrário do modelo de educação tradicional, baseado na padronização.

No entanto, no dia 30 de setembro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro assina um decreto que institui a nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE), prontamente apontada pelos especialistas como um grande retrocesso, visto que propõe o ensino de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação ou altas habilidades, segregados das salas de aulas regulares, justamente um dos principais problemas que vem sendo enfrentado e superado no campo da educação inclusiva nos últimos 30 anos. Desta forma, fomos impelidos a incluir uma sessão na nossa dissertação que tratasse de discutir a relação entre a educação inclusiva e o nosso tema, que investiga de maneira mais específica o Programa de Residência Pedagógica (PRP), e se insere no campo de estudos sobre formação inicial de professores.

O PRP é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores, sendo instituído pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através da Portaria nº 38 de fevereiro de 2018 e posto em prática a partir do edital nº 6 de março desse mesmo ano, que liberou mais de 37 mil bolsas às quase 250 instituições de ensino superior proponentes, públicas e privadas, tornando-se o principal programa de concessão de bolsas no âmbito da formação inicial de professores no Brasil. Diante da grande relevância social da educação inclusiva, em um momento nevrálgico de potencial retrocesso do campo no Brasil, este trabalho visa apresentar a investigação empreendida sobre a importância dada pelos legisladores públicos ao tema da educação inclusiva no PRP, visto sua atual importância para a formação inicial de professores.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Em primeiro lugar, a abordagem adotada neste trabalho foi a qualitativa de tipo exploratório. Qualitativa por que menos preocupada em quantificar resultados do que em compreender e explicar a dinâmica das relações sociais, trabalhando no nível dos significados, vivências, motivos, aspirações, crenças, valores, experiências e atitudes, ou seja, processos e

fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2003, p. 24). Exploratória, por quê interessada em proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito, levantando novas hipóteses, e considerando os mais variados aspectos em torno dele (GIL, 2002, p. 41).

Nesse sentido, buscou-se realizar uma análise documental, com o principal intuito de explorar informações a partir de nossa hipótese de interesse, bem como o levantamento de questões que pudessem ser mais bem exploradas posteriormente. Os documentos selecionados foram o edital Capes nº6/2018, relativo ao Programa de Residência Pedagógica (PRP). Em um primeiro momento, foi feita busca pelas palavras chaves “educação inclusiva” e “inclusão” dentro do documento, permitindo estabelecer relações entre os resultados e o referencial teórico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Salta aos olhos, desde o primeiro momento, que o tema da educação inclusiva esteja praticamente ausente nos documentos analisados. No edital Capes nº6/2018, relativo ao Programa de Residência Pedagógica (PRP), não encontramos qualquer resultado para a palavra chave “educação inclusiva”, e apenas dois resultados para “inclusão”, embora não fossem relativos à inclusão educacional ou social de qualquer tipo, isso por que o edital não indica qualquer reserva de vagas para licenciandos portadores de necessidades especiais, ou tampouco a obrigatoriedade de inserção do tema da educação inclusiva nos Projetos Institucionais enviados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) que queiram se candidatar ao Programa. Essa notável ausência é problemática por que o PRP não apenas representa o maior programa de concessão de bolsas no âmbito da formação inicial de professores, mas também objetiva “II. Induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica;” (BRASIL, 2018, p.1). Desta forma, se delineia todo um sistema de formação de professores para a educação básica potencialmente insensível aos temas da inclusão, visto que as IES, tem autonomia para incluir a educação inclusiva em seus Projetos, mas a falta de obrigatoriedade, produzirá, no mínimo, uma falta de uniformidade no que diz respeito ao tema entre os núcleos do PRP.

A questão central, contudo, parece residir na relação intrínseca entre o PRP e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que tem sido fonte das principais críticas ao Programa, que o apontam como uma via de indução compulsória da Base Nacional Comum Curricular



(BNCC) no currículo das licenciaturas, visto que a própria BNCC tem enfrentado resistência no ensino superior público, embora seja a principal legislação curricular vigente para a escola básica. As principais críticas à BNCC afirmam que o documento opera uma homogeneização do currículo, reduzindo a diversidade e pluralidade de um país extenso como é o Brasil a um todo uniforme, em que se pretende desenvolver competências relacionadas ao “saber fazer”, mas esvaziadas de conteúdo. Esse ponto é importante na relação com a temática da educação inclusiva, pois representa ao mesmo tempo um discurso praticista e uma ideologia produtivista e capacitista, onde todo o processo de ensino e aprendizagem está avaliado segundo a capacidade de produzir, por que a escola passa a ser pensada como se fosse uma empresa. Essa noção homogênea de currículo é totalmente oposta ao que Fonseca (2005) e Bayer (2006) indicam como tendo primordial importância para a educação inclusiva, ou seja, uma educação que respeite a heterogeneidade dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas educacionais permanecem com lacunas e fragmentações no que diz respeito à educação inclusiva, que ainda sofre um forte descaso nos currículos de formação docente e na própria constituição prática no dia a dia escolar. A pesquisa, ainda em andamento, por meio da análise documental referente ao Programa de Residência Pedagógica (PRP), nos oferece importantes considerações sobre as omissões e os descuidos que a educação inclusiva vem tendo no principal programa de concessão de bolsas no âmbito da formação inicial de professores no Brasil. Soma-se a isso, a própria ausência de questões envolvendo a educação inclusiva nos Projetos Institucionais enviados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) que queiram se candidatar ao Programa.

Dessa forma, entendemos que dentre as inúmeras críticas referentes à experiência da residência pedagógica como estágio supervisionado nas licenciaturas, destaca-se a ausência da abordagem da educação inclusiva em suas diretrizes, reforçando a ideia de que as políticas de formação de professores, ainda possuem brechas que proporcionam o distanciamento dos licenciandos com as questões referentes aos estudantes com necessidades especiais. Neste sentido, entende-se que para a construção do respeito à heterogeneidade dos alunos, é necessário o desenvolvimento efetivo de políticas educacionais que proporcionem uma real educação inclusiva na formação docente.

Palavras-chave: Programa de Residência Pedagógica; Educação Inclusiva; BNCC; Formação de Professores.

REFERÊNCIAS

BEYER, H. O. **Revista da Educação Especial**. Ed. Secretaria de Educação Especial. Brasília, v.2, n.2 , jul/2006.

BRASIL. Edital CAPES nº 06, de março de 2018. Chamada Pública para apresentação de propostas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica. Brasília, DF, 2018.

FONSECA, V. **Educação Especial**: programa de estimulação precoce e uma introdução às ideias de Fuerstein. Porto Alegre: Artmed, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.